



Protocolo de entrega de Prestação de Contas Anual

Identificação da Instituição

CNPJ do declarante

02.877.511/0001-11

Nome

FUNDAÇÃO SÃO CARLOS

Endereço

RUA CIRILO MACIEL, 222

Munípio

Lagoa da Prata

UF

MG

CEP

35590-000

Informações dos demonstrativos financeiros

Valores em R\$

Total do ativo circulante	3.412.495,33
Total do ativo não circulante	3.297.087,02
Total do ativo	6.709.582,35
Total do passivo circulante	3.710.439,91
Total do passivo não circulante	0,00
Total do patrimônio social líquido	2.999.142,44
Total do passivo	6.709.582,35
Total das receitas	12.502.020,58
Total das despesas	12.370.387,61
Superávit ou déficit do exercício	132.018,21

Declaramos que, juntamente com as informações desta Prestação de Contas, relativas a este ano-base, o Representante legal e o Contabilista, responsáveis pelos demonstrativos contábeis e financeiros, reviram estes relatórios e que as informações neles contidas são verdadeiras.

Responsabilizamo-nos pela guarda, durante o período legal, da documentação que dá lastro à presente Prestação de Contas.

Local e data

JOSE LIBERIO DE MELO
Responsável legal da Instituição

Jose Liberio de Melo
PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR
FUNDAÇÃO SÃO CARLOS

WANDERLEI CORGOSINHO SOARES

CRC nº21629 - UF: MG
Profissional de Contabilidade

Wanderlei Corgosinho Soares
Contador CRC - MG 21629
CPF 076.403.076-00

Recebemos em:

30 / 06 / 17

Ministério Público
PROCURADORIA DE JUSTIÇA
LAGOA DA PRATA

457978

Ao
Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Lagoa da Prata, 30 de junho de 2017

Demonstrações financeiras para o ano-base findo em 31 de dezembro de 2016

Senhor Procurador/Promotor de Justiça

Vimos pela presente confirmar, de acordo com o nosso melhor entendimento, as representações abaixo, referentes às demonstrações financeiras acima referidas e aos demais demonstrativos e documentos pertinentes à Prestação de Contas referente ao ano-base de 2016 da FUNDAÇÃO SÃO CARLOS, inscrita no CNPJ sob o nº 02.877.511/0001-11.

Certas representações nesta carta estão relacionadas a assuntos significativos. Os assuntos são considerados significativos, independentemente de seu montante, se envolverem omissões, erros ou irregularidades nas informações contidas nas referidas demonstrações financeiras que, em vista das circunstâncias existentes, podem introduzir a probabilidade de que ao juízo de uma pessoa razoável, que confie nessas informações, se modificar ou se influenciar devido a essas omissões, erros ou irregularidades.

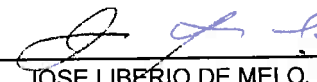
1. É de nossa responsabilidade a apresentação e divulgação adequada da posição patrimonial e financeira dos resultados das operações e das modificações patrimoniais e financeiras nessa demonstração, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.
2. Os sistemas contábeis e de controles internos, adotados pela nossa Instituição durante o ano-base, são de nossa inteira responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações que tem nossa Instituição.
3. Estão colocados à disposição do Ministério Público do Estado de Minas Gerais todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória e todas as atas de reuniões da diretoria, conselhos e outros órgãos, alterações no estatuto/contrato social, ou resumo de providências de reuniões recentes, cujas atas (minutas) ainda não tenham sido preparadas.
4. Além dos fatos já revelados nas demonstrações financeiras, não temos conhecimento de:
 - a. Fraudes ou outras irregularidades envolvendo integrantes ou membros da nossa administração ou funcionários ocupando cargos de confiança e que possam ter alguma influência sobre o sistema de controles internos;
 - b. Fraudes ou outras irregularidades envolvendo outros funcionários ou colaboradores e cujo efeito sobre as demonstrações financeiras pudesse ser relevante;
 - c. Notificações e comunicações de órgãos governamentais e de outras entidades regulamentadoras que digam respeito ao não cumprimento parcial ou integral das exigências regulamentares e que pudessem ter efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras ou sobre nossas atividades;
 - d. Não cumprimento de contratos, leis ou regulamentações cujos efeitos devessem ser revelados nas demonstrações financeiras ou constituíssem base para registro de uma perda contingente;
 - e. Exigibilidades relevantes ou prejuízos contingentes, para os quais seria necessário o registro contábil por se referirem a: (1) uma perda incorrida no exercício, e (2) cujo valor possa ser razoavelmente estimado;
 - f. Exigibilidades contingentes de valor relevante para os quais haja necessidade de uma revelação, mesmo que não contabilizada de acordo com o item (e) acima, por existir, no mínimo, uma possibilidade razoável de que um prejuízo adicional possa ocorrer;
 - g. Transações significativas que não tenham sido adequadamente contabilizadas ou divulgadas de acordo com a legislação vigente e refletidas nas demonstrações financeiras;
 - h. Prejuízos ou lucros decorrentes de compromissos de compra e venda.
5. Além dos fatos já revelados nas demonstrações financeiras, não temos planos ou intenções que possam afetar, substancialmente, os saldos contábeis ou a classificação de ativos e exigibilidades.
6. Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais que possam afetar a situação social e financeira da nossa Instituição e influir significativamente na sua avaliação como empreendimento em continuidade. Caso estas existam, nossa decisão quanto ao provisionamento contábil ou não dessas contingências foi fundamentada no parecer de nossos assessores jurídicos, cuja cópia está à disposição do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
7. As seguintes informações acham-se adequadamente contabilizadas, ou de outra forma reveladas, nas demonstrações financeiras:
 - a. Acordos com entidades financeiras ou terceiros envolvendo saldos compensatórios ou outras restrições sobre saldos bancários disponíveis e linhas de crédito abertas ou outros semelhantes;

- b. Acordos para recompra de ativos anteriormente vendidos;
 - c. As relações significativas de propriedades em comum ou de controle de gestão que requerem divulgação;
 - d. Opções ou acordos de recompra de títulos ou reservas de capital atreladas a garantias, incentivos fiscais ou outros requisitos.
8. Quando relevantes, foram contabilizadas provisões para redução de estoques excessivos ou obsoletos, a seu valor estimado de realização. Todos os estoques eram de propriedade da Instituição e não incluíam itens em consignação, ou mercadorias já faturadas, ou itens para os quais o passivo correspondente não tenha sido refletido nas demonstrações financeiras.
 9. Temos cumprido com todos os requisitos contratuais que poderiam ter um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras em caso de descumprimento.
 10. A Instituição possui documentação e títulos de propriedade para todos os seus ativos e não temos conhecimento de hipotecas, penhoras ou garantias sobre tais ativos.
 11. Não temos conhecimento de eventos subseqüentes à data do balanço que pudessem requerer ajustes ou revelações às demonstrações financeiras.
 12. Não há qualquer fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Instituição.
 13. Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal das atividades.
 14. A Instituição cumpriu seus objetivos ou finalidades sociais e a administração empregou, no exercício de suas funções, cuidado e diligência, na preservação e manutenção de seu patrimônio.

Por serem verdade as declarações acima impressas, que lemos e entendemos, firmamos o presente documento sob as penas da lei.

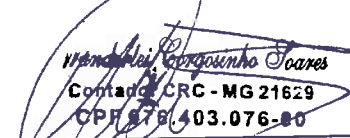
Ressalvas e observações à Carta de Representação e à Prestação de Contas

Atenciosamente



JOSE LIBERIO DE MELO
Responsável legal da Instituição

José Liberio de Melo
Presidente do Conselho Curador
FUNDAÇÃO SÃO CARLOS



WANDERLEI CORGOSINHO SOARES
CRC nº21629 - UF: MG
Profissional de Contabilidade

FUNDAÇÃO SÃO CARLOS

457978